

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.961 - RS (2019/0301365-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A
AGRAVADO : ADOLFO HELD - ESPÓLIO
REPR. POR : LUCIA ORLANDIN HELD - HERDEIRO
ADVOGADOS : CÉSAR EDUARDO PEROTTONI - RS070115
MANILA SCOPEL SILVESTRIN - RS069382

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DO ART. 1.030, I, B, DO NCPC (ART. 543-C DO CPC/73). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ART. 1.042 DO NCPC. DEMAIS PONTOS. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ADOLFO HELD - ESPÓLIO, representado por LUCIA ORLANDIN HELD - HERDEIRO, (ESPÓLIO) requereu o cumprimento da sentença proferida na Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9 pela 12ª Vara Cível de Brasília/DF, ajuizada pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC) contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) visando ao pagamento de diferenças sobre o saldo da caderneta de poupança oriundas dos expurgos inflacionários do denominado Plano Verão (janeiro/89).

O Juízo de 1º Grau julgou improcedente a impugnação apresentada pelo BANCO DO BRASIL.

Contra essa decisão, o BANCO DO BRASIL interpôs agravo de instrumento, que não foi provido pelo TJRS em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. *Pedido de suspensão.* Não há falar em suspensão do agravo em razão de ainda não haver transitado em julgado o REsp nº 1.438.263/SP (Tema 948). Nesse a discussão refere-se à legitimidade ativa de não associado para a liquidação/execução da sentença coletiva em que BANCO DO BRASIL S/A figure na condição de sucessor do BANCO NOSSA CAIXA S/A, não sendo essa a hipótese versada nos presentes autos. Outrossim, em consulta ao site do STJ na Internet, verifica-se que o Recurso Especial mencionado teve sua afetação cancelada na sessão de julgamento ocorrida em 27/09/2017.

De outro norte, conforme se infere do site do STJ na Internet 1, a Corte Superior já julgou aquele o REsp nº 1.391.198/RS, sendo o acórdão publicado em 02/09/2014, transitando em julgado em 10/08/2015. Assim, não há falar em suspensão do feito por aquele motivo. Aliás, a Presidência deste Tribunal de Justiça, recentemente, expediu o Ato nº 021/2016-P, no qual ordenou a reativação, para processamento e julgamento, dos recursos suspensos em razão dos Atos 023/2013-P e 012/2014-P, porquanto houve o julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos nºs 1.361.800-SP, 1.370.899-SP, 1.391.198-RS e do ARE nº 920.090-RS.

2. *Prescrição.* No acórdão paradigma - REsp nº 1.388.000/PR, TEMA 877, transitado em julgado em 13/06/2016 -, restou decidido que: “O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei nº 8.078/90”. No caso concreto, não há falar em prescrição quinquenal, porquanto a ação civil pública nº 16.798-9/98 transitou em julgado em 27/10/2009, enquanto o presente cumprimento de sentença foi ajuizado em 07/10/2014.

3. *Ilegitimidade ativa e abrangência nacional da sentença proferida na ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9.*

Com o julgamento do Recurso Especial nº 1.391.198/RS, em 13/08/2014, representativo da controvérsia, nos termos do antigo artigo 543-C do CPC/73, restou consolidado o entendimento no sentido de que os poupadores detêm legitimidade ativa para ajuizar o cumprimento de sentença proferida na ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC, aplicável por força da coisa julgada, indistintamente, a todos os detentores de conta poupança, domiciliados ou não no Distrito Federal.

4. *Juros de mora.* Os juros de mora, no cumprimento individual da sentença coletiva, são devidos a contar do ato citatório na ação de conhecimento. Tese consolidada no

julgamento do REsp nº 1.370.899-SP.

5. Liquidação de sentença. Desnecessidade. Não se mostra necessária a realização de liquidação de sentença in casu , pois, com suporte nos comandos contidos no título executivo e nos extratos da conta poupança, é possível efetuar o cálculo do valor da condenação e requerer seu cumprimento.

6. Atualização monetária do débito. A parte agravante não esclarece de forma específica qual irregularidade constou no cálculo, relativamente aos índices de correção monetária aplicados, limitando-se a asseverar que a ferramenta de cálculo disponibilizada pelos Tribunais de Justiça “não guarda nenhuma relação com as cadernetas de poupança”. Tal alegação tem sido externada em boa parte dos recursos que afluem a este Pretório. No entanto, a tabela fornecida por esta Corte foi desenvolvida por técnicos do Poder Judiciário – os quais são especialistas no tema –, que a atualizam periodicamente. Dessa forma, a ferramenta em questão é dotada de plena confiabilidade. Precedentes.

7. Aplicação de índice de correção de 10,14% em fevereiro de 1989. A questão deveria ter sido suscitada no momento oportuno, ou seja, durante a fase de conhecimento, descabendo agora, em fase de execução, alterar o comando judicial transitado em julgado. Com efeito, sobre o tema operou-se a preclusão consumativa, nos termos do art. 508 do Novo CPC.

8 Juros remuneratórios. Descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de liquidação se inexistir condenação expressa, sem prejuízo de, quando cabível, o interessado ajuizar ação individual de conhecimento. (Recurso Especial nº 1.392.245/DF). No caso dos autos, o réu não demonstrou ter o autor incluído aquela rubrica em seu cálculo.

9. Honorários sucumbenciais. Não foi incluído, no cálculo do débito, qualquer valor a título de honorários sucumbenciais fixados na sentença proferida na ação civil pública.

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RÉU DESPROVIDO. UNÂNIME (e-STJ, fls. 111/113).

Irresignado, BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial que teve seguimento negado com base no art. 1.030, I, *b*, do NCPC, em relação à limitação territorial, à legitimidade ativa do poupador, ao termo inicial dos juros de mora e ao prazo prescricional; e, no tocante as demais questões, foi inadmitido tendo em vista a incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ e 283 do STF e por ser incabível a alegação de ofensa a dispositivo constitucional em sede de recurso especial.

Nas razões de agravo, o BANCO DO BRASIL reiterou as razões

expostas no recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do art. 1.042 do NCPC

Com o advento do NCPC aos 18/3/2016 passou a existir expressa previsão legal no sentido do **não cabimento de agravo contra decisão que inadmita recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo, in verbis:**

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou

a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016 – sem destaque no original)

No caso dos autos, o recurso teve seguimento negado com base no art. 1.030, I, *b*, do NCPC, em relação à limitação territorial, à legitimidade ativa do poupador, ao termo inicial dos juros de mora e ao prazo prescricional.

Portanto, quanto aos pontos, o agravo não pode ser conhecido por constituir erro grosseiro.

Dos demais temas

Em relação aos demais pontos, o recurso especial foi inadmitido tendo em vista a incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ e 283 do STF e por ser incabível a alegação de ofensa a dispositivo constitucional em sede de recurso especial.

Verifica-se que o agravo, nesses pontos, também não ultrapassa o seu conhecimento.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser

conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois o BANCO DO BRASIL deixou de refutar a incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ e 283 do STF e por não ser cabível a alegação de ofensa a dispositivo constitucional em sede de recurso especial.

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, veja-se o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissibilidade.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator